



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM



PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA (CPr) N.º 1/AIM/2025

**AQUISIÇÃO DE PAPEL PARA FOTOCÓPIA E IMPRESSÃO PARA OS SERVIÇOS DA
AIM, IP-RAM**

CADERNO DE ENCARGOS





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de papel para fotocópia e impressão para os serviços da AIM, IP-RAM, melhor identificados na Parte II do Caderno de Encargos.

2 - O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) 30197630-1 – Papel para impressão, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Local de entrega

1 - Os bens objeto do presente contrato devem ser entregues nas instalações da AIM, IP-RAM, designadamente:

- Loja do Cidadão da Madeira, sita na Avenida Arriaga n.º 42-A, 9000-064 Funchal;
- Edifício da Rua Nova de São Pedro, sito na Rua Nova de São Pedro, n.º 26, 9000-048 Funchal.

2 - Os bens devem ser entregues durante as horas de expediente dos respetivos serviços, nos termos seguintes:

- Loja do Cidadão da Madeira: dias úteis das 8h30 às 19h30 e sábados das 8h30 às 13h30;
- Edifício da Rua Nova de São Pedro: dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

Cláusula 4.ª

Condições de entrega

1 - O fornecimento dos bens será contínuo, com entregas parciais, mediante requisição, nas quantidades definidas pelas necessidades da AIM, IP-RAM.

2 - Cada entrega deverá ser acompanhada da respetiva guia de remessa/transporte da qual deve constar, designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) Identificação do adjudicatário;
- c) Identificação da entidade adjudicante;
- d) Local de entrega;
- d) Data da encomenda;
- e) Número do procedimento ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- f) Indicação dos bens e respetivas quantidades;
- g) Preço contratual (preço unitário).

3 - A assinatura da guia de remessa pela AIM, IP-RAM não implica a aceitação de eventuais defeitos e inconformidades dos bens fornecidos.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

4 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para os locais de entrega, são da responsabilidade do adjudicatário.

5 - O adjudicatário obriga-se a disponibilizar a entrega dos bens objeto do contrato no prazo máximo de 72 horas, a contar da data da respetiva requisição.

Cláusula 5.^a

Duração do contrato

O contrato de fornecimento tem início no dia seguinte à publicação a que se refere o artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos no portal dos contratos públicos www.base.gov.pt e vigora pelo prazo de 3 anos ou, antes de decorrido esse prazo, caso se esgote o valor total adjudicado, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 6.^a

Preço Base

1 - O preço base total do procedimento é de € **11.615,60 (onze mil, seiscientos e quinze euros e sessenta cêntimos)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço base deste procedimento foi estabelecido com base numa consulta preliminar ao mercado.

3 - É excluída a proposta cujos valores sejam superiores ao preço base indicado no n.º 1.

Cláusula 7.^a

Preço contratual

1 – Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AIM, IP-RAM deve pagar ao adjudicatário o preço correspondente às quantidades adquiridas de resmas de papel do tamanho A3 e do tamanho A4, conforme proposta adjudicada.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças.

3 - A entidade adjudicante reserva-se o direito de não adquirir as quantidades máximas mencionadas na Parte II – Características técnicas do presente Caderno de Encargos, sendo que, caso





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

não atinja o número máximo de quantidades fixadas deve ser efetuado o apuramento das quantidades efetivamente solicitadas pela entidade adjudicante, realizando-se o acerto no preço contratual, que passa a ser o preço que for apurado da soma das quantidades solicitadas pela entidade adjudicante.

4 - O preço contratual não está sujeito a revisão de preços.

Cláusula 8.^a

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pela AIM, IP-RAM pelo fornecimento objeto do contrato, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas, no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, que devem ser emitidas no mês seguinte àquele a que o fornecimento diga respeito.

2 – No âmbito da execução do contrato resultante do presente procedimento, fica o fornecedor obrigado a emitir faturas eletrónicas (EDI) no modelo a que se refere o artigo 299.º-B do CCP, na sua redação atual.

3 - Para efeitos de faturação eletrónica (EDI), a solução adotada pela entidade adjudicante é o Ilink Digital Sharing, acessível em <https://www.ilink.pt> da empresa ACIN iCloud Solutions, sendo através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelo fornecedor.

4 - A emissão de faturas deve realizar-se em cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para o efeito, nomeadamente quanto ao prazo para a sua emissão (conforme o estabelecido no artigo 36.º do Código do IVA) e a inclusão do QR Code (em cumprimento do disposto no despacho n.º 412/2020, de 23 de outubro) ou, em alternativa, a emissão de fatura (e outros documentos fiscalmente relevantes) através do portal da Autoridade Tributária, onde conste a menção ATCUD, código único de documento.

5 - As faturas devem fazer menção ao número de compromisso atribuído nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, (LCPA), condição prévia para ser autorizado o respetivo pagamento, conforme estabelece o artigo 9.º da citada Lei.

6 - Em caso de discordância por parte da AIM, IP-RAM quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

7 - Desde que devidamente emitidas, respeitando designadamente o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

8 - Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da AIM, IP-RAM, o fornecedor tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

9 - Nos termos do artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o fornecedor e, caso existam, os subcontratados devem proceder à entrega dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º (Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, em relação ao último exercício económico, caso o fornecedor tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira), sem prejuízo do disposto no seu n.º 5, o qual dispõe que caso considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.

Cláusula 9.ª

Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação de execução do fornecimento de acordo com as especificações constantes no presente Caderno de Encargos, podendo o contraente público exercer, por si ou através de consultores especializados, à fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

2 – Da celebração do contrato de fornecimento decorrem ainda para o fornecedor as seguintes obrigações:

a) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são realizados os fornecimentos, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

b) Informar o contraente público sobre as alterações verificadas durante a execução do contrato;

c) Comunicar ao contraente público, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento definido no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado a garantir todos os meios humanos, materiais, tecnológicos e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço.

Cláusula 10.ª

Conformidade e operacionalidade

1 - O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato, de forma faseada e mediante requisição da entidade adjudicante, com as características e especificações previstas no presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante, bem como da proposta adjudicada, no prazo máximo de 48 horas após solicitação.

2 - Os bens deverão ser fornecidos nas embalagens de origem que os proteja contra fatores que possam afetar a sua qualidade, devendo ser acondicionados em embalagens próprias para o efeito, seguindo a legislação em vigor.

3 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

4 - O adjudicatário é responsável perante a AIM, IP-RAM, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da sua entrega.

5 - Os bens não conformes, serão devolvidos a expensas do adjudicatário, não se responsabilizando a AIM, IP-RAM pelo seu pagamento.

Cláusula 11.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a AIM, IP-RAM venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer um dos direitos mencionados no número anterior, fica o adjudicatário obrigado a indemnizá-la de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Cláusula 12.^a

Objeto do dever de sigilo

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AIM, IP-RAM de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente Cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, bem como pelo incumprimento dos prazos na resolução de situações de impossibilidade temporária do fornecimento que ocorra após os prazos fixados na Cláusula 10.^a, a AIM, IP-RAM pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária correspondente a 1% do valor do contrato por cada dia de atraso na data acordada para o início do fornecimento até ao limite de 20% do valor contratual, prazo a partir do qual haverá lugar à rescisão do contrato sem quaisquer ónus ou encargos da responsabilidade da AIM, IP-RAM.

2 - Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do fornecedor, a AIM, IP-RAM pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente a 20% do valor contratual global.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3 - Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a AIM, IP-RAM decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, a AIM, IP-RAM, deve alertar o adjudicatário que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, por escrito, indicando-lhe um prazo para eliminação dos mesmos, concedendo-lhe igual prazo para pronúncia em sede de audiência prévia.

6 - Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

7 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

8 - Nas situações previstas no número anterior, o valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

9 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

10 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, a AIM, IP-RAM pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

11 - Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao adjudicatário considera-se haver incumprimento definitivo quando, após duas advertências, este continue a incorrer em incumprimento.

12 - Em caso de incumprimento definitivo pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 290.º-A, da alínea f) do artigo 302.º e artigo 318.º-A do CCP, o contraente público reserva-se o direito de determinar que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequencial do procedimento.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

13 - De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 318.ºA do CCP, a cessão da posição contratual referida no ponto anterior opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por ele indicada.

Cláusula 15.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, fenómenos vulcânicos, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, atrasos e/ou cancelamentos de transportes aéreos ou marítimos pelo respetivo transportador, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte e por esta expressamente aceite.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AIM, IP-RAM pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Pela recusa expressa no pagamento das penalidades previstas na Cláusula 14.^a;
- b) Pela recusa do fornecimento nos termos contratados.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330.º e seguintes do CCP, o fornecedor pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses.

2 - No caso previsto no número um, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à AIM, IP-RAM, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição dos bens já entregues pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Cláusula 18.^a

Caução

De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, no presente procedimento não é exigida caução destinada a garantir o exato cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato.

Cláusula 19.^a

Gestor do Contrato

1 - Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato é a Dr.^a **Gilberta Sousa**, que nas suas ausências e impedimentos será substituída pela Dr.^a **Rosa Leite**, nomeada pela entidade adjudicante, que tem como função o acompanhamento da sua execução.

2 - Sem prejuízo do número anterior, compete ainda ao gestor do contrato, nos termos do artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto na sua redação atual.

3 - Conforme determinado pelo n.º 1 do art.º 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto (Republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, e alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2018/M, de 6 de agosto, e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro), que adapta o CCP à RAM, e sem prejuízo do disposto no seu número cinco, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados devem proceder à entrega ao gestor do contrato dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do mesmo diploma.

4 - Os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados anualmente até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento.

Cláusula 20.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal com expressa renúncia a qualquer outro.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Cláusula 21.^a

Modificações contratuais

1 - Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, com fundamento na necessidade de realizar retificações de manifestos lapsos, omissões que não digam respeito a modificações objetivas do contrato, modificações que digam respeito à clarificação de cláusulas do Caderno de Encargos ou do Contrato ou ainda decorrentes da necessidade de efetuar pequenas adaptações à forma de fornecer os bens objeto do contrato.

2 - As adaptações a que se refere o número anterior não podem alterar substancialmente o objeto do contrato, aumentar ou diminuir o mesmo, nem alterar as disposições fixadas nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 22.^a

Subcontratação

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1 - Quaisquer comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos do contrato ou da lei aplicável, devem ser escritos e redigidos em português e efetuados através de correio eletrónico ou correio registado com aviso de receção, devendo ser endereçadas para as moradas, identificadas no contrato.

2 - As comunicações feitas por carta registada consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3 - As comunicações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

4 - As comunicações e notificações que tenham como destinatário a AIM, IP-RAM e que sejam efetuadas através de correio eletrónico após as 17:30 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitos às 9 horas do dia útil seguinte.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

5- Qualquer alteração dos endereços constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 - Características do papel

- a) Gramagem do papel – 80gr;
- b) Cor branca.

2 - Quantidades:

- a) 3.000 resmas de **papel A4** (600 caixas);
- b) 20 resmas de **papel A3** (4 caixas).

Cada resma deve conter 500 folhas.

